INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ-
ICESPI

**Valdecir Silva de Sousa**

# A LIBERDADE: SUA IMPORTÂNCIA E SUAS VÁRIAS ACEPÇÕES

TERESINA- PI
2014

VALDECIR SILVA DE SOUSA

# A LIBERDADE: SUA IMPORTÂNCIA E SUAS VÁRIAS ACEPÇÕES

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí- ICESPI, como requisito para obtenção do grau de graduação em Filosofia sob a orientação do professor Pe. Aerton Marcos de Sousa.

Cód. 5818
100
S725l
Ex.01

TERESINA- PI

2014

ICESPI - Biblioteca
13077 | 09/10/14

VALDECIR SILVA DE SOUSA

# A LIBERDADE: SUA IMPORTÂNCIA E SUAS VÁRIAS ACEPÇÕES

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí-ICESPI, como requisito para obtenção do grau de graduação em Filosofia sob a orientação do professor Pe. Aerton Marcos de Sousa.

Monografia aprovada em ___/___/2014.

Banca Examinadora

_____

## RESUMO

O presente trabalho procura refletir sobre o tema da liberdade, tal como a caracteriza Friedrich Engels, Jean-Jacques Rousseau e o Barão de Montesquieu, principalmente por meio de uma análise comparativa de ideias. Desde então, o homem pode ser pensado tanto em suas determinações empíricas quanto em suas condições de possibilidades. Nesse sentido, as discussões a serem apresentadas direcionam-se, especialmente, sobre a diversidade de conceitos atribuídos *à liberdade*, bem como o homem vem buscando a realização concreta e verdadeira desta dimensão da sua vida. Apesar de várias leituras, as noções de *liberdade* continuam sendo o alvo da discussão de muitos estudiosos que procuram delimitar a complexidade presente em muitos questionamentos e incertezas. Com isso, o conhecimento de diversas teorias condiciona novos olhares sobre o tema abordado, assim como a permanência de valores.



**Palavras-chave:** Liberdade. Conceito. Comparação.

## ABSTRACT

This paper attempts to reflect on the theme of freedom, such as Friedrich Engels features, Jean-Jacques Rousseau, Baron de Montesquieu, among other philosophers, mainly through a comparative analysis of ideas. Since then, the man can be thought both in its empirical determinations as in their conditions of possibility. In this sense, the discussions to be presented are directed-especially on the diversity of concepts assigned to freedom, and the man has sought the concrete and true fulfillment of this dimension of your life. Although various readings, the freedom of notions remain the target of discussion of many scholars seeking to delimit this complexity in many questions and uncertainties. Thus, knowledge of various theories conditions new perspectives on the issue addressed, as well as the permanence values.



**Keywords**: Freedom. Concept. Comparison.

## SUMÁRIO


**INTRODUÇÃO** ..... **06**

**1. IMPORTÂNCIA DO TEMA** ..... **07**

1.1 Histórico ..... **07**

1.2. Antropológico-moral ..... **10**

1.2.2. O aspecto antropológico da liberdade ..... **10**

1.2.2. O aspecto moral da liberdade ..... **12**

1.3. Teológico cristão ..... **13**

**2. VÁRIAS CONCEPÇÕES DE LIBERDADE** ..... **17**

2.1. Sentido etimológico ..... **17**

2.2. Friedrich Engels ..... **19**

2.3. Jean-Jacques Rousseau ..... **21**

2.4. Barão de Montesquieu, Charles-Louis de Secondat ..... **26**

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **29**

**4. REFERÊNCIAS** ..... **30**

# INTRODUÇÃO

Desde muitos séculos, o homem vem buscando a realização concreta e verdadeira desta dimensão da sua vida. Com efeito, discutir sobre o conceito de *liberdade* e suas várias acepções torna-se imprescindível.

Diante desta consideração e tendo como ponto de partida que a palavra *liberdade* pode ser analisada desde diversos aspectos: desde o aspecto filosófico e a noção de liberdade como elemento intrínseco do ser humano; desde o aspecto sociológico e a ideia da liberdade do indivíduo sobre o ente social conjunto; desde o nível antropológico e ou entendimento da liberdade ao longo dos povos; desde o ponto de vista psicológico e sua análise da liberdade pessoal de cada sujeito ou desde o ponto de vista político e a ideia de liberdade política sobre qualquer tipo de abuso ou censura, optou-se aprofundar esse estudo em dois capítulos, na intenção de analisar detalhadamente a temática apresentada.

Desta maneira, primeiramente, será destacada a importância do tema, *liberdade*, colocando em foco o aspecto histórico, pois homens perderam suas vidas pela causa da liberdade, onde muitos foram aprisionados pela derrota em guerra e acabaram por se tornar escravos dos vencedores, mas muitos se tornaram escravos pela intransigência de outros.

Em um segundo momento, será feito um breve estudo a respeito da liberdade como sendo um dado constitutivo do homem, abordando o aspecto antropológico-moral, sendo que neste será desenvolvido dois pontos: 1) O aspecto antropológico da liberdade; 2) O aspecto moral da liberdade. Além disso, o trabalho apresentará ainda a discussão do tema no âmbito da reflexão teológica, fator indispensável.

Nesse propósito, além de apresentar a etimologia da palavra *liberdade*, será também analisada as concepções de três pensadores: Friedrich Engels (1820-1895); depois Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), o Barão de Montesquieu (Charles-Louis de Secondat - 1689-1755), entre outros. Assim, percebe-se que o conceito de *liberdade* tem sido motivo de reflexão em muitos sentidos, especificamente na linguagem filosófica.

## 1. IMPORTÂNCIA DO TEMA

Neste tópico serão apresentados os principais motivos pelos quais o estudo da liberdade torna-se importante. "Entende-se por liberdade uma das condições mais intrínsecas do ser humano, àquela que, no entanto, tem sido por muitos séculos restringidos para importantes grupos da sociedade". Sãos os motivos: histórico; antropológico-moral e teológico cristão.

### 1.1 Histórico

Dentro da história foram encontrados vários acontecimentos que tinham por finalidade a busca pela liberdade. Estes acontecimentos são as várias guerras e revoltas, bem como o martírio de várias pessoas por defenderem esta condição.

A história registra o nome de pessoas heroicas que de forma tão comprometida com a liberdade se dispuseram das suas vidas, ao contraporem-se a tudo aquilo que inibia. É o caso, por exemplo, dos "mártires". Eles representam uma conquista da liberdade além da capacidade da grande maioria dos homens e das mulheres. Além disso, inspiram pelo exemplo a alçar além da mais limitada medida de liberdade que pode-se reivindicar.

No entanto, é importante reconhecer que a liberdade com que se nasce é frágil e limitada, é uma semente que deve ser cultivada e regada, pois foi com o sangue derramado que os mártires regaram com maior vigor o desejo de homens e mulheres que lutaram em busca da liberdade.

Uma pessoa de destaque foi o líder da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como "Tiradentes". Junto com vários integrantes da aristocracia mineira, entre eles poetas e advogados começam a fazer parte do movimento dos inconfidentes mineiros, cujo objetivo principal era conquistar a independência do Brasil.

Desse modo, sua capacidade de organização e liderança fez com que fosse o escolhido para liderar a Inconfidência Mineira. Em 1789, após ser delatado por Joaquim Silvério dos Reis, o movimento foi descoberto e interrompido pelas tropas oficiais. Assim, os inconfidentes foram julgados em 1792.

Cabe enfatizar que os hebreus foram os povos que mais sofreram por causa da liberdade, sendo inúmeras vezes escravizados e/ou exilados. Um dos fatos mais marcantes na história deste povo foi a dizimação de mais de seis milhões de hebreus no período da II Guerra Mundial.

Depois de muitos séculos observa-se que no Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Mas antes o povo indígena teve sua liberdade roubada tendo que se refugiar nas matas para salvar suas vidas e, mesmo assim, foram quase extintos do território brasileiro.

Os escravos eram proibidos de praticar sua religião de origem africana ou de realizar suas festas e rituais africanos. Tinham ainda que seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho e aprender a língua portuguesa, costumes e culturas impostas.

Assim, no Século do Ouro, alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade após adquirirem a carta de alforria. Juntando alguns "trocados" durante toda a vida conseguiam tornarem-se livres. Porém, as poucas oportunidades e o preconceito da sociedade acabavam fechando as portas para estas pessoas.

Com efeito, foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os famosos quilombos. Estes eram comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi.

É importante ressaltar também que o termo liberdade está intimamente relacionado com a Revolução Francesa, "momento histórico no qual se estabeleceram as bases para a liberdade política dos cidadãos, mas também as bases para a liberdade social e civil dos indivíduos". E que a mesma relaciona-se em momento posterior, com correntes liberalistas que a sustentavam como base de suas ações e que buscavam limitar a entrada de organismos e instituições sociais (ROSSI, 2014).

A partir da metade do século XIX, a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra. Não que ela, a Inglaterra, se importasse pela abolição, ou o bem estar dos escravos, mas seu interesse maior era em ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo.

Em 1850, o Brasil cedeu às pressões inglesas e aprovou a Lei Eusébio de Queiroz que acabou com o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871 era aprovada a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. E no ano de 1985 era promulgada a Lei dos Sexagenários que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Somente no final do século XIX é que a escravidão foi mundialmente proibida. Aqui no Brasil, sua abolição se deu em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel.

Em um artigo científico intitulado *A questão da liberdade* de Alexandrino Pinho (2007), destaca- se o posicionamento de alguns filósofos renomados sobre a amplitude do tema que vem sendo discutido. No entanto, é fundamental apresentar a leitura desenvolvida pelos mesmos na antiguidade e na idade média. "Para Platão, a verdadeira liberdade será a alma se libertar do presídio do corpo. A liberdade humana está no homem poder optar por viver ou não de acordo com as normas da moral, na virtude ou no vício". (Pinho, 2007, p. 5).

Segundo os mesmos dados do artigo em questão, Aristóteles afirma:

> a liberdade humana se opõe ao que é condicionado externamente (necessidade) e ao que acontece sem escolha deliberada (contingência). A concepção aristotélica de liberdade é o princípio que o homem possui para optar entre múltiplas possibilidades. A liberdade é um ato livre da vontade inclinada pela razão. A razão sustenta a vontade e lhe dá conselhos que esta pode ou não aceitar. Este ato de aceitar ou não é um ato de liberdade. A liberdade é concebida como ausência de constrangimentos externos ou internos, como capacidade da vontade de agir livremente. A mediania é a virtude, isto é, o meio termo, a justa medida. A liberdade seria o equilíbrio da conduta pessoal: equilíbrio interior das emoções e o equilíbrio exterior das paixões. (PINHO, 2007, p. 5)

Na era medieval, a liberdade é concedida como conflitos da vontade em termos precisos. "Santo Agostinho fala do livre arbítrio que é completado pela graça de Deus, um dom ou inclinação do homem para o bem. A graça não suprime a vontade, mas inclina-a para optar e agir pelo bem. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade" (PINHO, 2007, p. 5-6). Para Santo Tomás de Aquino,

> o homem é natureza racional. Portanto, o homem conhece o fim ao qual cada coisa tende por natureza e conhece a ordem das coisas, cujo cume se assenta em Deus como Bem supremo. O intelecto humano é capaz de conhecer o bem e o mal das coisas e ações, que não são Deus. Assim, a

> vontade é livre para querê-los ou não querê-los. Por isso, a razão é a causa da liberdade. E é exatamente no livre-arbítrio, na liberdade do homem, que se encontra a raiz do mal, que em Agostinho é falta ou carência de bem. "Portanto, todas as coisas que existem são boas, e aquele mal que eu procurava não é uma substância, pois, se fosse substância, seria um bem. Na verdade, ou seria substância corruptível, e, nesse caso, se não fosse boa, não se poderia corromper." (AGOSTINHO, 1984, p. 177). O homem é livre por natureza e a liberdade é própria da vontade. E esta vontade só é livre à medida que não se afasta do bem.

Comparando os ideais da liberdade dos filósofos da antiguidade e da Idade Média. "A filosofia Medieval é a antítese do determinismo. Para os homens daquela época, a vontade é livre e podemos ou não agir de determinado modo". Por meio desta reflexão,

> Na tradição ocidental, à luz da influência aristotélica, sobretudo, afirmava-se que o ser humano era um ser de linguagem, isto é, um ser que vive com os outros e só se realiza na polis, na e com a modernidade, por sua vez, ao ser humano é lhe atribuída uma característica fundamental, a saber: a liberdade (FERRARI e PESTALOZZI, 2004)

Diante deste percurso histórico, espera-se ampliar os horizontes dos fundamentos da liberdade humana.

## 1.1 Antropológico-moral

Discutir a importância da liberdade no âmbito antropológico-moral é fundamental, uma vez que possibilita questionar porque a liberdade no aspecto antropológico-moral é tida como dado constitutivo da pessoa. Tomando em consideração o pensamento de vários pensadores, a seguinte reflexão se divide em: 1) O aspecto antropológico da liberdade; 2) O aspecto moral da liberdade.

### 1.2.1 O aspecto antropológico da liberdade

Apresentar o conceito de antropologia é uma das formas de ampliar os conhecimentos acerca da liberdade. A antropologia nada mais é do que "a exposição sistemática dos conhecimentos que se têm a respeito do homem". Ela possui duas facetas: "a antropologia fisiológica, que seria aquilo que a natureza faz

do homem e, a antropologia pragmática, que seria aquilo que o homem faz como ser livre".

Com relação a essas concepções, pode-se dizer que a "liberdade é um termo que usado todos os dias como 'amor', 'ódio', 'dor', paz' e etc., pensando conhecer claramente o seu significado, mas a exame mais cuidadoso percebe-se que é difícil dar-lhe uma definição precisa e unívoca, tão variados e diversos são os casos em que é usado. Todavia, existe um núcleo fundamentalmente igual que ocorre constantemente: é a ausência de constrangimento".

Alguns aspectos antropológicos da filosofia de Hobbes são destacados segundo o trabalho de Leopoldi (2001), onde o autor afirma que Hobbes é, não sem nenhuma injustiça, lembrado antes de tudo como sendo o filosofo para eu a humanidade, anteriormente ao estabelecimento da chamada sociedade civil, vivia em enorme campo de batalha onde os homens se empenhavam em uma guerra de todos contra todos, visto que, todos eram inimigos entre si.

E o que é essa ausência de constrangimento? Um conceito escolástico que diz que a coação pode depender de diversas causas e, por isso, podem ser distinguidos vários tipos de liberdade, das quais as principais são: liberdade física (que é a isenção da pressão de forças relativas à ordem moral, como prêmios, ameaças), liberdade psicológica (que é a isenção de impulsos de outras faculdades humanas sobre a vontade para fazê-la agir de determinada forma), liberdade política (é a isenção de determinismo políticos), liberdade social (é a ausência de determinismos sociais).

---

Cf. A. ARRUDA, José Jobson de e PILETTI, Nelson. Op. Cit. P. 200-202. E o Filme de Steven Spilberg. Amistade, EUA 1997.

Cf. ABBAGANANO, Nicola. Dicionário de Filosofia – tradução da 1. Ed. Brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi: revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 67

Idem. Ibidem.p.67

MONDIN, Batista. O homem, quem é ele?: Elementos de Antropologia Filosófica. 10ª ed. Paulo. São Paulo. 1980, p.112

### 1.2.2. O aspecto moral da liberdade

Infinitamente ligado ao conceito de liberdade no âmbito antropológico, tem-se a liberdade moral. E de que trata a moral? Em poucas palavras pode-se dizer que "a moral se utiliza, diferentemente da ética, para a consideração religiosa (...). Ela se refere aos códigos concretos do comportamento humano".

Vidal(1993) também diz que "ela [a liberdade] é uma estrutura da existência pessoal". Mas, como o homem é livre? O autor afirma que "não se vê com tanta clareza a liberdade no homem". Contudo, acrescenta: "é iniludível esta consideração concreta da liberdade". Com efeito, "é a liberdade em seu sentido de responsabilidade concreta que deve dirigir o moralista".

Segundo Mondin (1980), a liberdade "é a isenção da pressão de forças relativas à ordem moral, como prêmios, punições, leis, ameaças etc." Mondin faz um estudo da liberdade tendo em conta todos os condicionamentos a que está submetida.

Para Kant, a liberdade é a ação em conformidade com a lei e moral que nos outorgamos a nós mesmos. "A liberdade implica assim na responsabilidade do indivíduo por seus próprios atos. Há no conceito de liberdade o envolvimento com a consciência, poder, dever e identidade do ser humano(LEITE, 2014)".

O indivíduo livre para Kant aquele que age exclusivamente com base na razão, na medida em que não se deixa perturbar pelos sentidos. Diferentemente de

Santo Agostinho, o bem para Kant não é algo externo, mas inerente à razão. A liberdade, pois não se ligaria a felicidade, mas à autonomia de agir (EMARF, 2010).

---

Idem. Ibidem.p.112
Idem. Ibidem.p.111
VIDAL, Marciano. Moral de atitudes. 1º vol. Moral Fundamental. 5ª ed. Baseada na 8ª ed. Espanhola,
Totalmente refundida. Ed. Santuário. 1993, p.18
Idem. Ibidem.p.350
Cf. MONDIN, Batista.Op. Cit p. 112

A liberdade e somente uma liberdade humana: uma liberdade agônica e dramática no interior de uma dialética de fatores determinista e indeterministas. Esta liberdade humana, porém "não se consegue compreender se não for em relação a certos conceitos e limites das essências da consciência". A liberdade humana é uma liberdade "situada", uma liberdade "encarnada", uma liberdade que deve ser entendida na tensão entre determinismo e indeterminismo.

Portanto, a liberdade no aspecto moral também é um dado constitutivo da pessoa, pois envolve o comportamento, a responsabilidade da pessoa, sua consciência, além da sua humanidade, dentre outros âmbitos.

## 1.3. Teológico cristão

No aspecto religioso cristão *a liberdade* está ligada ao homem criado a imagem e semelhança de Deus e na liberdade religiosa, e na relação do homem com Deus. Isto aparece claramente, quando se considera que a suprema norma da vida humana é a própria lei divina, eterna, objetiva e universal, com que Deus, no desígnio da sua sabedoria e amor, ordena, dirige e governa o universo inteiro e os caminhos da comunidade humana. Desta sua lei, Deus torna o homem participante do seu projeto, de modo que ele, segundo a suave disposição da divina providência, possa conhecer cada vez mais a verdade imutável.

No entanto, é injustiça contra a pessoa humana e contra a própria ordem estabelecida por Deus, negar ao homem o livre exercício e a religião na sociedade[19], porque é próprio da natureza social do homem os atos religiosos interiores.

"A liberdade religiosa constitui o coração dos direitos humanos". Essa é de tal maneira inviolável que exige que se reconheça às pessoas a liberdade de mudar de religião.

Se assim sua consciência demandar. "Cada qual, de fato, é obrigado a seguir sua consciência em todas as circunstâncias e não pode ser constrangido a agir em contraste com ela devido a esse direito inalienável, ninguém pode ser obrigado a aceitar pela força uma determinada religião, quaisquer que sejam as circunstâncias ou as motivações".

Esta mensagem de João Paulo II aos chefes de Estado, por ocasião do dia mundial da paz, 1999, lembra que também a Declaração Universal dos Direitos

Humanos "reconhece o direito à liberdade religiosa, incluindo o de manifestar as próprias crenças, seja individualmente ou com outros, abertamente como em privado". O respeito à liberdade religiosa é um dos fundamentos da paz mundial.

A promoção da liberdade religiosa deve ser cultivada, visando o bem comum da sociedade, que é o conjunto das condições de vida social que possibilitam aos homens alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição, consiste, sobretudo, na conservação dos direitos e deveres da pessoa humana, essa responsabilidade de promover a liberdade religiosa incumbe tanto aos "cidadãos como aos grupos sociais, aos poderes civis, à Igreja e as outras comunidades religiosas, segundo o modo próprio de cada uma e de acordo com suas obrigações para com o bem comum".

Certamente, deve-se haver uma educação para o exercício da liberdade "formar homens que, fiéis à ordem moral, que obedeçam à autoridade legítima e também a autêntica liberdade, isto é, homens que julguem as coisas por si mesmas e à luz da verdade, procedam com sentido de responsabilidade e aspirem a tudo o que é verdadeiro e justo, sempre prontos para colaborar generosamente com os demais. A liberdade religiosa deve, portanto, servir e orientar-se para levar os homens a proceder mais responsavelmente no desempenho dos seus deveres na vida social".

Nessa discussão é pertinente apresentar a leitura sobre alguns aspectos da "Teologia cristã". "O Evangelho de Jesus Cristo é mensagem de liberdade e força de libertação. Esta verdade essencial tornou-se, nos últimos anos, objeto da reflexão dos teólogos, com uma nova atenção que, em si mesma, é rica de promessas".

---

L. Monden. Consciência, libre albre, pecado. VIDAL, Marciano, Op Cit..p 351

Cf. VIDAL, Marciano . Op. Cit. P.353

Idem. Ibidem. P 353

Cf. s. Tomás, Summa theologica, I-II, q.91,a.1-2.

Compêndio do Vaticano II: Constituição decretos, declaração "Dignitatis Humanae" Ed. Vozes. Ed.29ª, p 602, nº1540 Idem. Ibidem. P. 602-603, nº 1540-1541

A libertação é antes de tudo e principalmente libertação da escravidão radical do pecado. Seu objetivo e seu termo é a liberdade dos filhos de Deus, que é dom da graça. Discernir com clareza o que é fundamental e o que faz parte das

consequências, é condição indispensável para uma reflexão teológica sobre a libertação (VATICANO, 2014).

Na verdade, diante da urgência dos problemas, alguns são levados a acentuar unilateralmente a libertação das escravidões de ordem terrena e temporal, dando a impressão de relegar ao segundo plano a libertação do pecado e, portanto, de não atribuir-lhe praticamente a importância primordial que lhe compete. A apresentação dos problemas por eles proposta torna-se por isso confusa e ambígua. Outros, com a intenção de chegarem a um conhecimento mais exato das causas das escravidões que desejam eliminar, servem-se, sem a suficiente precaução crítica, de instrumentos de pensamento que é difícil, e até mesmo impossível, purificar de uma inspiração ideológica incompatível com a fé cristã e com as exigências éticas que dela derivam (VATICANO, 2014).

Cabe destacar ainda o posicionamento de Locke. Partindo da ideia de Deus como criador, Locke (1978, p.47) subordina a ideia de igualdade à ideia de liberdade: "Deus deu o mundo em comum aos homens, mas como o fez para benefícios dele e maior conveniência da vida que fossem capazes de retirar dele, não é possível supor que tivessem em mente ficar sempre comum e inculto".

Nesta última afirmação, Locke começa não a negar, mas a restringir o pensamento ate então revelado pelo caminho da fé para formular o pensamento moderno. O eixo básico desta discussão é a defesa privada da posse como sustentáculo teórico do individualismo.

A liberdade e a igualdade no pensamento burguês clássico ajudam a consolidar a defesa da propriedade. "A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e da conveniência" (Locke, 1978, p. 48).

Outra discussão levantada pelo autor em defesa da liberdade é a diferença entre a liberdade plena e a liberdade social. A liberdade plena seria aquela do "estado de natureza" em que se encontravam os homens antes de qualquer instituição de poder terreno.

Segundo suas palavras: "um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes a posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem". (Locke, 1978, p. 35).

Assim como a perspectiva de liberdade se coaduna com a defesa do direito da plena propriedade, ou seja, da posse privada, o mesmo ocorre com a ideia de trabalho defendida por Locke como fonte natural do direito de propriedade. Nesse sentido escreveu:

> A tudo quanto existe de bom que a natureza fornece em comum, qualquer pessoa tem direito, conforme dissemos já, nas quantidades de que possa usar, adquirindo a propriedade sobre tudo o que pode levar a efeito pelo trabalho; pertencia-lhe tudo aquilo que a sua indústria era capaz de estender-se, a fim de modificar o estado em que a natureza o dispôs. [...] (LOCKE, 1978, p. 52).

---

Revista "MUNDIAL e MISSÃO "- nº 50: mês de março ano 2001, p.19
Declaração Universal dos Direitos Humanos. Art. n. 18º
Cf. João XXIII, Encíclica Mater et Magistra, 15 de maio de 1961: AAS 53 (1691),471; Id. Encíclica
Pacem in terris, 11 Abril 1963: AAS 55 (1963) 273.
Compêndio do Vaticano II: Constituição decretos, Declarações. Declaração "Dignitatis Humanae". Ed.
Vozes. Ed. 29ª, p.605, nº1549
Idem. Ibidem. P. 607, nº 1557-1559

## 2. VÁRIAS CONCEPÇÕES DE LIBERDADE

### 2.1. Sentido etimológico

A palavra liberdade, conforme a etimologia grega, *eleutheria*, significava liberdade de movimento. Tratava-se apenas de uma *possibilidade* do corpo para se movimentar sem qualquer restrição externa. *Poder* e *liberdade* eram palavras praticamente sinônimas. Compreendia-se a liberdade como o *poder* de se movimentar sem impedimentos, seja em razão da *debilidade* do corpo, seja em razão da *necessidade* ou mesmo em razão do *impedimento* oposto por ordem de um senhor. Assim o significado grego estava relacionado a ausência de limitações e coações (DA SILVA, 2012)

O termo liberdade vem do grego e do latim "libertas", de 'líber', que quer dizer livre. Além disso, segundo os princípios democráticos, a liberdade prevê a liberdade prevê a livre expressão, movimentação, atividade política e de organização dos/as cidadãos/as. Guia a atuação politicamente em defesa de valores democráticos, como a igualdade e os Direitos Humanos; bem como contestar e atuar politicamente contra situações de desigualdades sociais, políticas, jurídicas e econômicas (CHAMPARRO, 2012).

Já em sentido ético, se traduz como o direito de escolha pelo indivíduo de seu modo de agir, independentemente de qualquer determinação externa. Aliás, em eras medievais muito se discutiu a respeito do livre arbítrio. É realmente um conceito filosoficamente discutível, teria o homem realmente liberdade absoluta? Talvez numa preciosa e detida avaliação descubramos que só há mesmo valores irrisoriamente relativos. (LEITE, 2014)

A liberdade é conceito que remete irremediavelmente a consciência, por isto mesmo o homem (o ser que sabe que sabe, literalmente). "Somente o processo integrado e contínuo de conscientização torna possível o relacionamento com o mundo e consigo mesmo e faz do homem um ser dinâmico, e, mais um ser que é o todo e a parte simultaneamente".

Conforme a discussão feita por Alexandre Pinho:

> A filosofia nasce do voo do homem rumo à liberdade. De forma poética, o homem rompe com os temores de uma natureza terrificante e ameaçadora

> e se joga na aventura em busca das causas e razões suficientes explicativas da própria realidade. A realidade é apresentada em sua totalidade, de início no pensamento épico em forma mítica, para logo dar lugar ao pensamento filosófico de forma racional. A deusa da razão é que fundamenta a liberdade humana. A filosofia nasce como libertação pelo logos, pela utilização da razão. A grande epopeia da humanidade é a descoberta e o uso da razão. (PINHO, 2007, p. 3)

A liberdade é conceito que nos remete irremediavelmente a consciência, por isto mesmo o homem é o *homo sapiens sapiens* (o ser que sabe que sabe, literalmente). Somente o processo integrado e contínuo de conscientização torna possível o relacionamento com o mundo e consigo mesmo e faz do homem um ser dinâmico, e, mais um ser que é o todo e a parte simultaneamente (LEITE, 2014). "Ser livre é ser incausado, é decidir e agir como se quer, sem causa exterior ou interior, mesmo admitindo que força existam, o ato livre pertence a uma esfera em que perfaz a liberdade humana".

> A verdadeira liberdade consiste na atividade espontânea da personalidade integrada na sua totalidade. O conceito de liberdade implica a realização da pessoa em sua plena afirmação de sua originalidade. A liberdade supõe que não existe poder superior ao eu individual ímpar, que o homem é o centro de todos os valores e a finalidade de sua vida. Que o seu desenvolvimento está na realização da sua própria individualidade e, que está, é o fim que jamais pode ser subordinado a outras finalidades que possam vir a ter maior dignidade ou importância. (PINHO, 2007, p. 16)

Em consonância com esse pensamento, Marx afirma que "não há liberdade sem o mundo material no qual os indivíduos manifestam na prática sua liberdade junto com outras pessoas, em que transformam suas circunstâncias objetivas de modo a criar o mundo objetivo de suas faculdades, sentido- se aptidões. Ou seja, a liberdade humana só pode ser encontrada de fato pelos indivíduos na produção prática das suas próprias condições materiais de existência (BADALONI, 2012)".

Além desses posicionamentos já apresentados, há uma discussão relevante a ser acrescentada sobre os conceitos de liberdade presentes em "Quatro Ensaios" de Isaiah Berlim (1999), tradução de Wamberto Hudson Ferreira, que serão comentados a seguir:

*O conceito de liberdade "negativa"*: diz-se normalmente que alguém é livre na medida em que nenhum outro homem ou nenhum grupo de homens interfere nas

UFPI - Biblioteca
L3077 29/10/19

atividades de alguém. A liberdade nesse sentido é simplesmente a área em que um homem pode agir sem sofrer a obstrução de outros.

*O conceito de liberdade "positivo"*: tem origem no desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor. "Quero que minha vida e minhas decisões dependam de mim mesmo e não de forças externas de qualquer tipo". No, entanto, os conceitos 'positivo' e 'negativo' de liberdade desenvolveram-se historicamente em sentidos divergentes nem sempre através de passos reputáveis do ponto de vista da lógica, até que, no final do caminho, entraram em choque direto um com o outro.

*A retirada para a cidadela interior*: é uma forma de busca de segurança, mas também tem sido chamada de busca de liberdade ou independência pessoal ou nacional. Assim como Kant, essa doutrina identifica a liberdade não exatamente com a eliminação dos desejos, mas com resistência a eles e com o controle sobre eles.

*Liberdade e soberania*: Rousseau afirma de modo exultante que as leis da liberdade eram comprovadamente mais austeras do que o jugo da tirania. Com liberdade não se refere ele a 'liberdade negativa' do indivíduo de não sofrer interferências em uma área definida, mas à posse por todos, e não somente por alguns dos membros mais qualificados de uma sociedade, de uma cota do poder público que pode interferir em todos os aspectos da vida de todos os cidadãos.

Diante de uma diversidade de conceitos, a seguir será apresentada a concepção de liberdade de três pensadores, considerando mais diretamente o aspecto político.

## 2.2. Friedrich Engels

O primeiro pensador é Friedrich Engels, (1820-1895), que era teórico socialista alemão e colaborador de Marx em várias obras, dentre as quais: a Ideologia alemã e a Sagrada Família. Nesse sentido, apresenta-se um aprofundamento sobre *a liberdade* em a "Ideologia Alemã", obra de Marx e Engels, redigida em 1847, na qual é feita uma crítica à filosofia e ao socialismo Alemão. Assim,

> o primeiro trabalho conjunto foi A Sagrada Família, denominação irônica que deram a dois filósofos alemães, os irmãos Bauer e seus discípulos. Eles consideravam o proletariado como massa desprovida de espírito crítico. Engels e Marx responderam que o proletariado é que conduz em si o

> futuro e será o artífice da própria libertação e da libertação de toda a humanidade (ALVES, 2012).

Diante desta consideração, Marx e Engels chamam de ideólogos, num sentido pejorativo, "todos os filósofos que acreditam modificar o mundo com as ideias." Para eles, "basta libertar os homens dos falsos dogmas para libertá-los". Esta obra também expressa como os homens criam os meios necessários para a criação de novos instrumentos de produção e como consequência busca diminuir a jornada de trabalho na intenção do descanso via o ócio, lazer e/ou turismo.

"Eu sempre fui o segundo violino", disse Engels em carta a um amigo (J. Becker), referindo-se à sua importância quanto à elaboração da teoria do socialismo científico. Assim, encaminhado para uma fábrica da família em Manchester, Inglaterra, Engels, que "já se posicionava a favor da liberdade, contrário à tirania e à opressão, passou a conviver com a realidade dos operários".

Engels, juntamente com Marx, decide deixar as ideias de lado e trabalhar com pressupostos reais, sendo o primeiro a existência de indivíduos humanos vivos. O homem é diferente dos animais "pela consciência, pela religião, por tudo aquilo que quisermos".

A consciência é apresentada como um produto social e a divisão do trabalho como determinante do homem que dá origem a "separação de trabalho manual e trabalho criando uma distinção entre espírito e matéria e uma classe aproveitadora do trabalho alheio. A Ideologia alemã traz o comunismo como o paradigma de uma sociedade livre, pois cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se em qualquer ramo, a seu bel-prazer".

---

ÁVILA, Fernando Bastos de, S.J. Pequena enciclopédia de moral e Civismo. 2ª ed. Ministério da Educação E Cultura. Fundação Nacional de material escolar (FENAME). 1975, p. 419

Cf. VV.AA. Para Filosofar. Ed. Scipione: São Paulo, 2008, p. 308

ROVIGHI, Sofia Vanni. História da Filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica. Tra. Ana

Pareschi Capovilla.Ed. Loyola. São Paulo.1999, p.8 9

Idem, ibidem. p. 89

Sofia Vanni diz que uma das passagens mais brilhantes desse livro se localiza no momento em que os autores abordam a sociedade comunista e comentam da necessária liberdade de escolha pelas atividades de trabalho e atividades de lazer. Segundo Lenin,

> Engels foi "depois de Marx, o mais notável sábio e mestre do proletariado contemporâneo". Ele próprio se dizia o "segundo violino". Na verdade, ambos foram fundadores, construtores do socialismo científico e mestres do proletariado. O seu maior mérito foi demonstrar que o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas "resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade atual". Mas esse resultado não brota espontaneamente, advindo da luta das classes sociais – burguesia e proletariado – que estão em lados contrários ante as forças produtivas (ALVES, 2012).

Em um texto intitulado a Liberdade e necessidade - Friedrich Engels, afirma-se que foi Hegel o primeiro que soube expor de um modo exato as relações entre a liberdade e a necessidade. Para ele, "a liberdade não é outra coisa senão a intelecção da necessidade. A necessidade somente é cega enquanto não compreendida". "A liberdade não reside, pois, numa sonhada independência em relação às leis naturais, mas na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins".

## 2.3. Jean-Jacques Rousseau

Depois de Engels, será discutida a postura de Jean-Jacques Rousseau, (1712-1778), um escritor e filósofo francês do qual as "ideias influenciaram a política e a educação, preparando as mudanças que viriam com a Revolução Francesa".

Jean-Jacques Rousseau, "o filósofo da liberdade como valor supremo". Em sua obra sobre educação, o pensador suíço prega o retorno à natureza e o respeito ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança.

Rousseau "exalta a liberdade da vontade geral como expressão da participação coletiva do corpo político, negligenciando a liberdade individual ou negativa". A liberdade, então, para Rousseau,

> é como que uma falha ou um desvio que provoca no homem a sua saída para fora dele mesmo: é a condição, não apenas de seu progresso no aperfeiçoamento de suas faculdades mentais, mas também de sua infelicidade no afastamento do paraíso terrestre em que se encontrava

> inicialmente. O ser humano assume a sua história e pode dispor tanto de seu passado (pelo uso da memória) como de seu futuro (no qual é capaz de projetar-se com as ações que imagina) (ROUSSEAU, 2007).

Em o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau entra em detalhes sobre a questão da liberdade, vista como uma condição da humanidade. Segundo Rousseau, "é uma faculdade especificamente humana, esta que lhe permite fugir à corrente dos instintos, e o nome que lhe dá é *liberdade*" (ROUSSEAU, 2007). Mas para que isso ocorresse era necessária uma consciência cada vez mais complexa e plena do ambiente externo. Esta virtude de abstrair um ideal e tentar conformar a realidade a esta ideia, segundo Rousseau, foi "a causa de uma busca incessante por novas formas, cada vez mais refinadas, de aplicar as faculdades latentes no homem".

Neste mesmo *Discurso* pode-se questionar a aparente contradição do conceito de ***liberdade*** em Rousseau. Por um lado, "significa a expulsão de um estado de natureza idílico, uma perversão do animal no homem. Por outro, porém, ela é aquilo que ele perdeu ao abdicar de seu direito natural, em função de uma vida social organizada em torno do poder absoluto da soberania".

---

Idem, ibidem. P.90
MARX, Karl e Friedrich, ENGELS. Ideologia alemã, trad. It., Codino, p.17; cf. ROVIGHI, Sofia Vanni. Op. Cit. P.90
Idem. Ibidem. P. 29; Idem. Ibidem. p. 90
Cf. MARX,K.ENGELS, F. A ideologia alemã: ad Feuerbach. Tradução José Carlos Bruni: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec,1979. ROVIGHI, Sofia Vanni . História da filosofia contemporânea: do século
XIX à neoescolástica. Tra. Ana Pareschi Capovilla. Ed. Loyola. São Paulo.1990, p.89-91
Cf.VV.AA. Para Filosofar. Ed. Scipione: São Paulo, 2000, p. 311
ROVIGHI, Sofia Vanni. Historia da Filosofia Moderna: da revolução cientifica a Hegel. Marcos Bagno e Silvana Cobucci Leite. Ed. São Paulo. Ed.Loyola. São Paulo.1999, p. 383
Obra de Rousseau que trata sobre a educação: seria condenado junto com o "Contrato Social", pelo parlamento de Paris em junho de 1762, como contrário s ao governo e à religião. Fonte: http://www.odoaletico.hpg.ig.com.br/filosofia/jean20jacques20rousseau.htm

Com efeito, cabe destacar suas principais obras: Sobre as ciências e as artes; Sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e o Contrato social. Será esta última obra analisada para observar o que Rousseau concebia por liberdade.

> O princípio fundamental de toda a obra de Rousseau, pelo qual ela é definida até os dias atuais, é que o homem é bom por natureza, mas está submetido à influência corruptora da sociedade. Um dos sintomas das falhas da civilização em atingir o bem comum, segundo o pensador, é a desigualdade, que pode ser de dois tipos: a que se deve às características individuais de cada ser humano e aquela causada por circunstâncias sociais. Entre essas causas, Rousseau inclui desde o surgimento do ciúme nas relações amorosas até a institucionalização da propriedade privada como pilar do funcionamento econômico (FERRARI, 2004).

Foi num período em que "se encontrava isolado que Rousseau escreve o Contrato social". "Rousseau afirma que a sociedade ideal é a do contrato social, onde a liberdade individual está subordinada à liberdade da vontade geral (positiva)". Rousseau desenvolveu os princípios políticos que estão sintetizados na conclusão de Émile.

> Ao renunciar à liberdade, o homem, nas palavras de Rousseau, abre mão da própria qualidade que o define como humano. Ele não está apenas impedido de agir, mas privado do instrumento essencial para a realização do espírito. Para recobrar a liberdade perdida nos descaminhos tomados pela sociedade, o filósofo preconiza um mergulho interior por parte do indivíduo rumo ao autoconhecimento. Mas isso não se dá por meio da razão, e sim da emoção, e traduz-se numa entrega sensorial à natureza (FERRARI, 2004).

Rousseau tenta responder a questão do que compele um homem a obedecer a outro homem ou com que direito um homem exerce autoridade sobre outro. Ele concluiu "somente um contrato implícito e livremente aceito por todos, permite cada um ligar-se a todos enquanto retendo sua vontade livre". A liberdade está inerente na lei Temente aceita.

Rousseau afirma a liberdade do homem como base de sua teoria política. Para Rousseau, "o homem não pode renunciar à sua liberdade". Esta é uma exigência ética fundamental. O mesmo considera a liberdade um direito e um dever ao mesmo tempo, todos nascem livres; a liberdade lhes pertence e renunciar a ela é renunciar à própria qualidade de ser humano. Por isso, o princípio da liberdade é direito inalienável e exigência essencial da própria natureza espiritual do homem.

Diante disso, o *contrato social* para Rousseau é "Uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolvem formar certo tipo de sociedade, à qual passam a prestar obediência mediante o respeito à vontade geral". O "Contrato social", ao considerar que todos os homens nascem livres e iguais- encara o Estado como objeto de um contrato no qual os indivíduos não renunciam a seus direitos naturais, mas ao contrário entram em acordo para a proteção desses direitos que o Estado é criado para preservar. Assim, o Estado é a unidade e como tal expressa a 'vontade geral', porém esta vontade é posta em contraste e se distingue da 'vontade de todos', a qual é meramente o agregado de vontades, o desejo acidentalmente mútuo da maioria.

> o ideal republicano de Rousseau que se exprime em um Estado regido por leis, por meio das quais governa o interesse público na defesa e promoção da coisa pública, é possível assegurar a liberdade de cada um na obediência à vontade geral republicana (PEDROZO e RAMOS, 2009).

Em outro artigo intitulado *O conceito de liberdade em Rousseau: implicações republicanas*, 2009, "na história do pensamento moderno foi muito comum a difusão de ideias que partem de premissas do Direito Natural". É o caso do pensamento hobbesiano que defende uma natureza humana conflituosa, em permanente estado de guerra na defesa da própria sobrevivência dos indivíduos neste estado. "Rousseau difundiu o conceito de liberdade e igualdade pela lei e pela natureza humana. Muitas das concepções rousseauístas influenciaram na elaboração das Constituições Republicanas".

> O pensamento de Rousseau influenciou o ideal político da democracia e do republicanismo. Na sua obra principal do Contrato Social, o autor sintetiza as principais medidas que devem ser tomadas dentro de uma sociedade para amenizar as dificuldades impostas pela desigualdade entre os homens. Para isso, é idealizado um contrato, resultado de tudo o que um corpo político deve atingir para se alcançar uma boa comunidade política. Com o conceito de liberdade como obediência à lei que a vontade estatui a si mesma, Rousseau pretende harmonizar os fins da coisa pública de uma república com a liberdade individual de cada cidadão (PEDROZO e RAMOS, 2009).

Segundo a leitura do artigo em questão, "um governo, por meio de uma Constituição bem elaborada, assegura o princípio universal de liberdade e igualdade para todos na construção de uma sociedade mais igualitária e justa". O ser humano,

segundo Rousseau, é um agente livre, ele escolhe por um ato de liberdade, enquanto os outros animais escolhem por instinto.

Com isso, observa-se que enquanto Thomas Hobbes escolheu a segurança do indivíduo como base para a construção de seu sistema, Rousseau atribuiu o mesmo papel à preservação da liberdade. "Ao apoiar-se na universalidade do medo da morte violenta como paixão dominante entre os seres humanos, Hobbes articulou um sistema em que é racional, para cada sujeito, alienar uma parte da liberdade de que originalmente dispunha no estado de natureza em troca da garantia de sua segurança (MARQUES, 2007)".

> Não é, pois, tanto o entendimento quanto a qualidade de agente livre possuída pelo homem que constitui, entre os animais, a distinção específica daquele. O homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar ou resistir, e é, sobretudo, na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma, pois a física de certo modo explica o mecanismo dos sentidos e a formação das ideias, mas no poder de querer, ou antes, de escolher e no sentimento desse poder só se encontram atos puramente espirituais que de modo algum serão explicados pelas leis da mecânica (ROUSSEAU, 2010).

De fato, há uma complexidade em compreender a *liberdade* concebida por Rousseau, visto que este em suas discussões envolve certas contradições ditas anteriormente, chamadas de "paradoxos da liberdade": um que é próprio da filosofia política de Rousseau, e um segundo, de natureza mais geral, que envolve a difícil conciliação das doutrinas políticas fortemente coletivistas de Rousseau com sua apaixonada defesa do homem solitário e independente, senhor de sua imaginação e livre das injunções da vida em sociedade (MARQUES, 2007).

Segundo Marques (2007), uma maneira mais eficiente de tratar o paradoxo é partir da importante distinção que Rousseau estabelece entre "submeter-se à vontade de um homem, ou de um grupo de homens, e submeter-se à vontade geral, ou seja, à vontade do corpo político como um todo".

## 2.4. Barão de Montesquieu

Conforme a concepção de liberdade do Barão de Montesquieu, Charles-Louis de Secondat (1689-1755), foi escritor e filósofo francês, sendo L'esprit des lois (O Espírito das Leis) a sua principal obra.

Montesquieu na sua obra principal apresenta esquemas de ordenação em três espécies de governo: o republicano, o monárquico e o despótico, que correspondem aos princípios éticos, que são respectivamente a virtude, a honra e o medo. "Por espírito das leis, Montesquieu compreende as causas, as razões das leis. Causas gerais e causas particulares. Causas morais e causas físicas".

Amplamente discutido por toda a Europa depois de ter sido publicado em 1748, no qual elabora aquilo que o torna mais conhecido nos dias de hoje, "as teorias sobre a separação de poderes numa sociedade livre e viável. Sem poderes legislativos, executivos e judiciários limitados e equilibrados não existe liberdade e não há proteção contra os abusos de poder. Este princípio básico da democracia liberal acabaria por se tornar a norma em todo o mundo civilizado, embora o despotismo também tenha conseguido sobreviver (ARON, 2003)".

> A liberdade política é a preocupação máxima de Montesquieu e foi nesse campo que ele deu sua melhor contribuição. A origem de suas preocupações com a liberdade deve se procurar no seu temperamento moderado, avesso ao despotismo que reinava então na França. Além da liberdade política, defende vigorosamente a liberdade de pensamento, a liberdade individual (enérgico contra a escravidão) e até a liberdade econômica. Tudo isso, com um otimismo bastante ingênuo. Para ele a liberdade está fundamentada na política, e as leis sociais devem levar os homens a fazer aquilo que se deve querer e em não ser obrigado a fazer aquilo que não se deve querer. A liberdade é o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem. (PINHO, 2007, p. 8-9)

Montesquieu articulou uma concepção negativa de liberdade, procurando, desta forma, defender a monarquia contra os sectarismos revolucionários. Montesquieu afirmou que um homem livre é "aquele que tem boas razões para acreditar que o furor de uma pessoa ou de muitas não lhe roubará a sua vida ou a posse dos seus bens". Neste sentido, "as leis não limitam a liberdade, mas a asseguram a cada cidadão. Este é o princípio do constitucionalismo moderno e do Estado de direito".

> Enquanto para a velha tradição britânica, a liberdade do indivíduo no sentido da proteção pela lei contra toda a coerção arbitrária era o valor principal, na tradição continental era a procura pela auto-determinação de cada grupo em relação à sua forma de governo que ocupava o lugar mais elevado (HAYEK, 1990)

Com efeito, Montesquieu preocupou-se em responder à questão sobre como garantir um governo representativo que assegure a liberdade e minimize a corrupção e os monopólios advindos de privilégios inaceitáveis.

A sua resposta vai no sentido de um estado constitucional, que mantenha a lei e a ordem, como forma de assegurar os direitos dos indivíduos, recaindo a sua preferência, naturalmente, sobre o sistema da monarquia constitucional britânica.

Especialmente interessante do ponto de vista liberal é a ênfase de Montesquieu na liberdade política. Muitos veem o seu "O Espírito das Leis" como ponto de partida genuíno do liberalismo político e sublinham a sua influência direta no princípio do equilíbrio de poderes (checks and balances) da Constituição americana (ARON, 2003).

Por sua vez Rousseau nega a vontade pessoal, principalmente quando ela se encontra em conflito com a vontade coletiva, "uma vez que os indivíduos, para terem liberdade, devem sacrificá-la à vontade coletiva. Encarnada no Estado e pelo Estado, a vontade geral é tudo. É o primado da política sobre amoral".

Diante da visão de Montesquieu:

> um Estado é livre, quando nele o poder trava poder. É bem verdade que Montesquieu indica em pormenor como cada um dos poderes tem este ou aquele direito e como devem os diferentes poderes cooperar. Mas essa formalização constitucional não é mais do que a expressão de um Estado livre, ou de uma sociedade livre, na qual nenhum poder pode alargar-se sem limites uma vez que é travado por outros poderes (AGUILAR, 2006).

Tendo como ponto de partida, para compreendermos a sua concepção de liberdade, a teoria da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, pois "a divisão dos três poderes é necessária, portanto, a sugestão deriva da análise da constituição liberal inglesa -, para a salvaguarda política". Somente em 1748 ganha maior configuração – a separação dos poderes - através da obra de MONTESQUIEU "L" Lois", a teoria apresentava a figura dos três poderes, o legislativo, o executivo e o judiciário exercendo seus papeis harmonicamente e independentes entre si.

"Quando, na mesma pessoa ou no mesmo órgão de magistratura, o poder legislativo está unido ao poder executivo, então não há mais liberdade, já que se pode temer que o próprio monarca ou o próprio senado estabeleçam leis tirânicas para torná-las operativas de maneira tirânica. Falta ainda a liberdade se o poder judiciário não é separado do poder legislativo, ter-se-ia um poder arbitrário sobre a vida e a liberdade dos cidadãos, porque o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Assim, tudo estaria perdido a partir do momento em que o mesmo homem, ou o mesmo organismo de príncipes, de nobres ou de gente do povo, exercesse esses três poderes".

A famosa teoria da 'separação de poderes' de "Montesquieu se incorporou ao constitucionalismo" com intuito de preservar a liberdade dos indivíduos.

A proposta da separação dos poderes tinha duas bases fundamentais, inicialmente à proteção da liberdade individual e de outro lado aumentar a eficiência do Estado, haja vista uma melhor divisão de atribuições e competências tornando cada órgão especializado em determinada função. Todo este ideal que fora resistido de início teve como objetivo à época diminuir o absolutismo dos governos.

> O corolário disto é a concepção de Montesquieu de que a liberdade não está diretamente relacionada ou dependente da forma de governo, que um povo não é livre por ter esta ou aquela forma de governo, mas sim porque o governo é estabelecido pela Lei, porque obedece ao estado de direito. Isto implica a invalidação do muito utilizado argumento de que uma república garante mais liberdade que uma monarquia. Na verdade, conquanto exista uma ordem constitucional baseada na Lei, na separação de poderes e nos direitos individuais, uma monarquia pode garantir o mesmo ou um maior grau de liberdade que uma república, tal como acontece com a monarquia britânica, na qual Montesquieu se inspirou (MALTEZ, 1996).

---

ROVIGHI, Sofia Vanni. Historia da Filosofia Moderna: da revolução cientifica a Hegel. Maercos Bgno e Silvana Cobucci Leite. Ed Loyola. São Paulo. 1999, p. 386

Cf. Do Contrato Social, livro I, 6. Conferir: Sofia Vann. História da Filosofia Moderna: da revolução científica a Hegel. Marcos Bagno e Silvana Cobucci Leite. Ed. Loyola. São Paulo. 1990, p.386

Cf. Ibis, I,6 Cf. ARON, Raymond.As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sérgio Bath.6.ed.São Paulo: Martins Fonte, 2003, p. 3

ROVIGHI, Sofia Vanni. Op. Cit. p.353

MONTESQUIEU. O Espírito das leis Trad. C. Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Livro II, p. 397;

Cf.ROVIGHI, Sofia Vanni. Op.Cit.,p. 353; Idem. Ibidem p. 350-35.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste trabalho, certos de que ele ofereceu oportunidades para mais aprendizado sobre o tema da *liberdade*. Ela é um dom precioso para o ser humano e jamais deve ser alienada, pois a mesma vem da gratuidade de Deus que fora: concebida aos homens e às mulheres.

Foi de suma importância a pesquisa e o debate sobre a liberdade na atualidade, uma vez que a sociedade procura oferecer diversos contra valores vestidos como valores e assim apresenta a libertinagem como liberdade. E, além disso, é-nos impossível tratar da pessoa em todas as fases do seu desenvolvimento se excluímos a liberdade, pois ela é constituinte de toda a pessoa e não de uma parte dela.

A luta de muitos povos e pessoas para viver a sua liberdade impulsiona a não ficar acomodados diante das diversas ameaças que a sociedade globalizada e capitalista nos impõe. Porém, o que se percebeu nesta pesquisa é que a tão sonhada liberdade foi culminada por homens que se achavam detentores deste bem que é inalienável e inerente ao ser humano, por isso muitos homens e mulheres sofreram e sofrem por causa da liberdade.

A liberdade está em todos os aspectos da vida humana e por isso influencia a sociedade, a política, a cultura, a educação, o trabalho e muitos outros campos da vida. O homem é um detentor da liberdade, mas da sua liberdade, cabe a ele administrá-la, porém saiba o homem, que a sua liberdade começa aonde termina a do outro, e que ele usufrua a liberdade com responsabilidade. Sendo assim, o homem passa a honrar o presente que Deus o confiou e o confia até os dias de hoje.

# REFERÊNCIAS


ABBAGN ANO, N. *Dicionário de Filosofia* - tradução da 1. ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi: revisão da tradução dos novos textos I\ ore Castilho Benedetti. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGUILAR, E. A liberdade política em Montesquieu: seu significado.**BORON, Atilo A. Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2006.

ALVES, L. Biografia de Friedrich Engels: "Nele, teoria e prática se fundiram num todo único". **Jornal a Verdade**; n. 47, 2012. Disponível em: http://averdade.org.br/2012/04/biografia-de-friedrich-engels-nele-teoria-e-pratica-se-fundiram-num-todo-unico/, acesso em: 16 de set. 2014.

PEDROZO, A.P.C; RAMOS, A. C. O conceito de liberdade em Rousseau: implicações republicanas. XVII Seminário de Iniciação Científica. **ISSN 2176-1930,** PUCPR. Paraná, 2009. Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/SEMIC17?dd1=3097&dd99=view> acesso em: 19 de mar. 2014.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico.* Trad. Sérgio Bath. 6. ed São Paulo: **Martins Fontes**, 2003.

ARRUDA, J. J.; PILETTI, N. *Toda a história,* história geral e historia do Brasil. 8ª ed. Ed. Ática. São Paulo-SP, 1999.

ÁVILA, F. B., s.j. *Pequena enciclopédia de moral e civismo.* 2ª ed Ministério da Educação e Cultura. Fundação Nacional de material escolar (FENAME), 1975.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: _____. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Ed. UNB, p.134-175, 1999.

BUENO, S. *Minidicionário da língua portuguesa,* ed. ver. e atual. São Paulo. Ed. FTD, 2000.

Cadernos da EMARF. Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v.3,n.1, p.1-132, abr./set.2010.

CHAPARRO, M. C. O jornalismo na estratégia dos conflitos.**Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 22, n. 1, 2012.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: Constituição decretos, declarações. Declaração *"DignitatisHumanae".* Ed. Vozes. 29ª ed.

DA SILVA, A. G. F. Paulo Freire e os primeiros movimentos do conceito de liberdade. **Educação Unisinos**, v. 16, n. 2, p. 116-124, 2012.LEITE, G. Liberdade, a genuína expressão humana, ou a importância da liberdade. 2014. Disponível em

<http://professoragiseleleite.jusbrasil.com.br/artigos/113729033/liberdade-a-genuina-expressao-humana-ou-a-importancia-da-liberdade> acesso em: 13 de out. 2014.

FERRARI, M.; PESTALOZZI, J. H. Jean-Jacques Rousseau: o filósofo da liberdade como valor supremo. **Revista Nova Escola. ed. 174. São Paulo: Abril, 2004b.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/filosofo-liberdade-como-valor-supremo-423134.shtml>; acessado em 13 de out. 2014.

HAYEK, F. A., New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas, Londres, **Routledge & Kegan Paul**, p. 120, 1990.

JOÃO XXIII. Encíclica *Mater et Magistra,* 15 de maio de 1961: AAS 53 (1961), 417.

JOÃO XXIII. Encíclica *Pacem in terris,* 11 abril 1963: AAS 55 (1963) 273.

LEOPOLDI. Aspectos antropológicos da filosofia de Hobbes. 2001. Disponível em <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n2_Leopoldi.pdf>, acesso em 3 de jan. 2014.

MALTEZ, J. A. Princípios de Ciência Política – Introdução à Teoria Política, 2.ª Edição, **Lisboa**, ISCSP, p. 148, 1996.

MARQUES, J. O. DE A. **Reflexos de Rousseau**. Editora Humanitas, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. ***A ideologia alemã:*** ad Feuerbach. Tradução José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1979.

MONDIN, B. *O homem, quem é ele?:* **Elementos de Antropologia Filosófica**. 10ª ed. Ed. Paulos. São Paulo, 1980.

MONTESQUIEU. ***O Espírito das Leis***. Trad. C. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Revista ***"MUNDO e MISSÃO"*** - n° 50: mês de março ano 2001.

ROSSI, M. A. Democracia, Liberalismo e Republicanismo: Tensões no pensamento de Immanuel Kant. **Problemata-Revista Internacional de Filosofia**, v. 5, n. 1, p. p. 43-63, 2014.

ROUSSEAU, Jacques. *A Origem da Desigualdade Entre os Homens*. Ed. **Escala**. São Paulo, 2007.

ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p. 249. ***Teocomunicação***, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 65-89, jan./abr. 2010

ROVIGHI, S. V. ***História da filosofia contemporânea***. do século XIX à neoescolástica. Trad. AnaPareschi Capovilla. Ed. Loyola. São Paulo, 1999.

ROVIGHI. *História da Filosofia Moderna,* da revolução cientifica a Hegel. Marcos Bagno e Silvana Cobucci Leite. Ed. Loyola. São Paulo, 1999 Sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. Disponível em:

<http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html>, acesso em: 2de jun. 2014.

VATICANO, SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Instrução

VIDAL, M. *Moral de atitudes.* Iº Vol. **Moral Fundamental**. 5ª ed. Baseada na 8ª ed. espanhola, totalmente refundida. Santuário, 1993.

W. AA ***Para Filosofar***. Ed. Scipione: São Paulo, 2000.